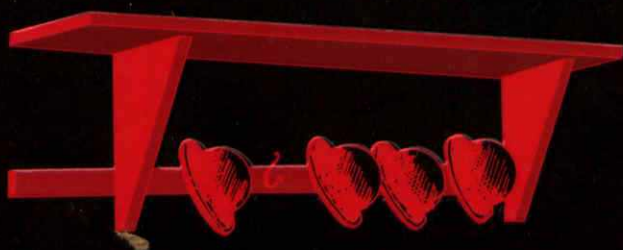


Amadeu Lopes Sabino  
Jorge de Oliveira e Sousa  
José Morais  
Manuel Paiva

# *À Espera de Godinho*



*Quando o futuro existia*

«Do coração da Europa chega-nos este diálogo de quatro estrangeirados, um relato muito original da nossa história recente. Portugal desafia as leis da óptica: vê-se melhor ao longe do que ao perto.»

CARLOS FIOLHAIS

«Aprendemos muito sobre a história do nosso país, sobre o que foi a segunda metade do século XX português, sobre o que foi a luta contra o regime de Salazar-Caetano, sobre o que foi viver no exílio e ter sucesso. Sobre o que continua a ser exílio.»

NUNO CRATO

e introduzir na discussão política lusitana uma alternativa ao dilema ditadura/oposição democrática, entendendo que não havia uma, mas várias oposições. Nos grupos de estudo do marxismo que, em casa deste e daquele, sempre iludindo a Polícia e o Partido Comunista, reuniam estudantes e operários jovens, forjou-se uma «terceira via» que conduziu à Esquerda Democrática Estudantil e depois ao Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

**JOS** — Eras então um jornalista conhecido. Há colaboração tua em jornais e revistas da época.

**JM** — Um jornalista de referência, como agora se diz...

**ALS** — Depois de Andy Warhol e de Woody Allen, todos temos na vida um minuto de glória. Ou pelo menos, um segundo. Foi esse o meu. Entrei para *O Tempo e o Modo*, onde cheguei a chefe da redação, em 1966, e para o *Diário de Lisboa*, onde fui chefe de redação-adjunto, em 1967. Durante cerca de quatro anos escrevi dezenas, centenas de artigos, crónicas e ensaios sobre política internacional e nacional. Tornei-me, tanto quanto a Censura o permitia, um arauto das ideias maoistas em Portugal. Mantinha contactos com órgãos da extrema-esquerda europeia: a *Cause du Peuple*, a *Lotta Continua*, *Il Manifesto*, e com intelectuais espanhóis de correntes idênticas. Em Portugal e Espanha era em torno dos núcleos que se reclamavam da democracia cristã que a extrema-esquerda antissoviética encontrava formas de expressão. No caso português, *O Tempo e o Modo* desempenhou funções idênticas às dos *Cuadernos para el Diálogo* em Espanha. O ataque à política soviética temperava o antiamericanismo. Habituei-me, habituámo-nos, a passar através dos interstícios da Censura, que tolerando este, privilegiava aquele. Inevitavelmente, *O Tempo e o Modo* tornou-se o local de um equívoco, onde coabitavam cristãos e ateus, socialistas e maoistas, herdeiros de Marx, de Freud e de Marcuse. Se em Portugal houvesse liberdade de imprensa, a revista ter-se-ia fracionado num conjunto de revistas. Mas, na época, grupos, opiniões e tendências estavam condenados a trabalhar em conjunto, combatendo-se e traíndo-se mutuamente. Foi isso que aconteceu no *O Tempo e o Modo*, abrindo feridas que não sararam. Eu conto. Suponho que a primeira vez que entrei na redação de *O Tempo e o Modo* foi em 1967.



O João Bénard da Costa organizava a transição da primeira para a segunda série da revista. Eu acabava de sair da Faculdade de Direito. Como já disse, era secretário-geral adjunto da RIA conjuntamente com o Pedro Coelho, o cargo de secretário-geral fora deixado vago. Acabara de ser expulso do Partido Comunista. Era um jovem radical, um contestatário como então se dizia, namorado pelos socialistas em reorganização e com grande atração pelos democratas-cristãos, que tinham a vantagem de ser pouquíssimos e bem-educados, precisamente o contrário dos comunistas. Ora, *O Tempo e o Modo* preparava-se para deixar de ser uma revista de rótulo democrata-cristão, tanto quanto isso era visível na época, para se assumir como um grande ponto de encontro entre... uma série de coisas que não se sabia muito bem quais seriam. O democrata-cristão da casa, o António Alçada, achava que chegara o momento de não continuar a perder dinheiro e entregava a revista a quem quisesse assumir esse risco. Devo dizer que, logo de início, apreciei muito esse gesto fidalgo. Se não erro, era o Salgado Matos quem dizia haver em Portugal vários democratas-cristãos: o António, o Alçada e o Baptista... De facto, o Alçada Baptista já então se desmultiplicava e se dispersava. Em Portugal, dizia o frei Mateus Cardoso Peres, havia duas igrejas, mas só uma, a oficial, tinha bispos. Talvez por isso, os militantes da não-oficial faziam os impossíveis para se manter discretos... Farto de passar por uma multiplicidade de personalidades, o proprietário e director de *O Tempo e o Modo* dava, pura e simplesmente dava, a revista a quem quisesse renová-la. O desencanto do Alçada Baptista era uma das suas formas de *charme*...

**JOS** — Um *gentleman*, esse homem. Algo pouco comum entre os nossos compatriotas do mundo intelectual.

**ALS** — Não tenhas dúvidas. Talvez por isso se tenha afastado da política ativa depois da instauração da democracia. Como eu o compreendo! Bem, mas voltemos a esse meu primeiro *full contact* com *O Tempo e o Modo*. Foi o Jaime Gama quem me convidou para o encontro. Estavam presentes também o padre Felicidade Alves, o Serras Gago, o José Luís Nunes, o António Reis, o Fernando Oliveira Baptista... O embrião da nova redação da revista, numa palavra. O programa era relativamente difuso. Se, passadas quatro décadas tumultuosas, me é possível resumi-lo, diria que se pretendia olhar o fenómeno político não como

uma instância separada do social mas como algo integrado num todo que a revista deveria, paralelamente, procurar ler: as práticas sociais, a vida quotidiana, a cultura. Tudo isto, que resultava de leituras de Marcuse, Morin e Lefebvre, era talvez muito pouco e, por certo, razoavelmente ingénuo. Parecia ser, porém, o suficiente (e foi-o em certa medida) para demarcar *O Tempo e o Modo* das outras revistas ditas de esquerda: a *Vértice* e a *Seara Nova*. Numa época em que, em tais matérias, abundavam os subentendidos e os não-ditos, cada um dos novos redatores de *O Tempo e o Modo* tinha certamente em mente o seu próprio modelo estrangeiro da revista que pretendia fazer — do *Esprit* e de *Les Temps Modernes* aos *Partisans*, da *Remparts* às revistas italianas animadas pela Rosana Rossanda ou à *New Left Review*, se me é permitido esquematizar. E aos imaginários dos redatores havia que adicionar os dos acionistas da sociedade anónima fundada para servir de suporte empresarial à revista. Os dez sócios fundadores foram, se a memória não me falha, o José Manuel Galvão Teles, o Jaime Gama, o João Cravinho, o Jorge Sampaio, o Fernando Oliveira Baptista, a Helena Vaz da Silva, o João Martins Pereira, além do João Bénard e de mim próprio. Falta-me um, talvez o Vítor Wengorovious, ou o Jorge Almeida Fernandes ou o Alfredo Barroso, mas fosse quem fosse, também tinha certamente os seus cultos privados. Havia talvez um denominador comum: os *Cuadernos para el Diálogo* que Ruiz-Giménez dirigia em Madrid. Uma das primeiras romagens do novo *O Tempo e o Modo* foi precisamente a Madrid, em visita de cortesia e de intercâmbio aos *Cuadernos*.

**JM** — Uma reunião das oposições ibéricas em Madrid em 1969?

**ALS** — Isso mesmo. Mais precisamente: de *algumas* oposições. Numa vivenda da *calle Jarama*, onde funcionava a redação dos *Cuadernos*. Guardo desses dias a imagem de Ruiz-Giménez como a de um grande de Espanha que, vindo do franquismo (fora ministro da Educação), apostava na transição pacífica para a democracia e na cooperação de um leque muito amplo de forças políticas, sociais, culturais... Havia em Espanha forças e personalidades empenhadas nessa transição. Até Dionisio Ridruejo, o poeta ex-falangista que escrevera o *Cara al Sol* e que, pela exemplaridade da rutura com o regime, se tornara uma referência. Recebeu-nos entusiasmado com a possibilidade de aliança entre forças liberais portuguesas e espanholas. Recordo-me que não acреди-



tava na restauração da monarquia e que considerava Juan Carlos um títere de Franco, ao contrário do pai, Don Juan, que entendia ser capaz de organizar a transição para a democracia. Enganava-se, felizmente. Recordo-me ainda que Ridruejo, um homem que atravessara a história do século, me pareceu um velho, muito velho senhor. E, no entanto, não tinha ainda 60 anos. Era assim a Espanha dos últimos anos do franquismo: uma rede de relações políticas, sociais e culturais empenhadas na transição. Em Portugal também havia forças empenhadas na transição, mas eram minoritárias no contexto da oposição ao regime — e também elas não tinham bispos... Essa viagem a Madrid efectuou-se já quando Salazar se encontrava transformado num presidente vitalício e impotente embalsamado em S. Bento, e Marcello assumira a Presidência do Conselho. Em 1970, talvez. Mas julgo que me estou a adiantar demasiado no meu tempo e no meu modo...

**MP** — Volta então atrás. Queremos saber tudo.

**ALS** — Tentarei contar tudo e mais alguma coisa. Voltemos pois atrás. O projeto do novo *O Tempo e o Modo* possuía outras componentes. Destacaria ainda um certo anticomunismo confessado pela maioria dos redatores da segunda série da revista. O antifascismo era um dado explícito (tanto quanto e como a censura o permitia, evidentemente). O anticomunismo sem complexos (vivido por alguns como antirrevisionismo, era a fruta da época...) constituía algo de novo no panorama político e jornalístico da oposição portuguesa ao Estado Novo. De uma maneira ou de outra, todos entendíamos que criticar o regime não era silenciar as críticas à União Soviética, aos países ditos socialistas e ao Partido Comunista Português. Não tínhamos, ou não tinham muitos de nós, qualquer reverência por tais senhorias, que à maior parte dos antissalazaristas ainda inspiravam respeito ou medo, ou ambos os sentimentos. Uns criticavam o comunismo situando-se no centro do espectro político, no socialismo democrático, outros pretendendo posicionar-se à esquerda do Partido Comunista. Entre os redatores, apenas o Fernando Oliveira Baptista mantinha, aparentemente, uma ligação com o Partido Comunista. Não inventámos a pólvora, mas de uma maneira ou de outra, olhávamos todos para o Partido Comunista como algo a evitar e não como algo de incontornável. Achávamos que os valores sociais, intelectuais, culturais e

de comportamento dos comunistas pró-soviéticos não se situavam nos antípodas dos salazaristas, antes constituíam, em grande medida, o seu complemento. Havia um consenso relativamente generalizado no sentido de que a revista devia contribuir para pôr termo à ditadura do gosto imposta por comunistas e apaniguados no campo das artes e das letras, e à ideia peregrina de que a boa cultura era necessariamente de esquerda e a ótima inevitavelmente comunista. Reparo que *O Tempo e o Mundo*, dirigido em diarquia por João Bénard e por mim próprio, se podia orgulhar de não ter publicado um único texto de expressão neorrealista. As críticas de literatura, artes plásticas, cinema e música e os textos de criação publicados demarcavam-se explicitamente dessa corrente que todos achávamos, e com razão, esgotada e, no caso de alguns epígonos, execrável. Éramos perdidos de amores por Agustina, nesses tempos muito pouco apreciada pela maioria literária. Isso ao mesmo tempo que *Vértice* e a *Seara Nova*, para não falar das suas filiais menores como o *Notícias da Amadora*, continuavam a destilar a penosa lengalenga das homenagens ao Ferreira de Castro e ao Manuel Mendes e a publicar inéditos dos poetas do *Novo Cancioneiro*.

**JM** — Vejo pois que se formara uma verdadeira frente anti-PCP, impensável dez anos antes.

**ALS** — Tens razão. Portugal encontrava-se à beira de mudanças profundas, que exigiam imaginação, ousadia e criatividade. Havia novas fraturas na sociedade portuguesa, que, apesar do culto salazarista pelo ruralismo, se urbanizara *tant bien que mal*, e desejava a modernização material e mental. Até o regime anunciara a «evolução na continuidade», sinal de novos tempos, que depois se mostrou incapaz de cumprir. No entanto, os comunistas mantinham-se disciplinadamente intransigentes, aguardando a «revolução democrática e nacional» que, com o fraterno beneplácito de Moscovo, o Partido encabeçaria num futuro incerto. Quem não aceitava a mística da «grande unidade antifascista», dirigida pelos comunistas, era acusado de manobras divisionistas e provocatórias. Em 1970, uma obra de Álvaro Cunhal, publicada clandestinamente, *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, expedia para o inferno da provocação os grupos esquerdistas do interior e do exterior. Na galeria de espelhos



quebrados que era o Portugal da época, reconheci textos meus, também clandestinamente publicados, nas abundantes citações demonstrativas de Cunhal. A grande unidade antifascista não era pois a especialidade do novo *O Tempo e o Modo* que marcava também, aliás, uma outra rutura com o discurso tradicional da oposição ao Estado Novo. Não havia na casa nenhum respeito pela Primeira República, não éramos republicanos e, sempre que possível, sempre que a Censura deixava, zurzíamos as jeremíadas republicanóides da Oposição Democrática. Há um artigo meu, num dos primeiros números da nova série, com o título *A irresistível ascensão dos liberais portugueses*, que é bem significativo desse antirrepublicanismo. Eu dizia mais ou menos isto, comentando o comportamento dos socialistas nas eleições marcelistas de 1969: se os socialistas portugueses pretendem forçar a porta do regime, devem abandonar os preconceitos republicanos, como os sociais-democratas alemães abandonaram os marxistas. E dava como exemplo a seguir a oposição espanhola. Esta perspetiva é característica das minhas (e não só minhas) posições da época: achava que era preciso praticar o «entrismo», embora não estivesse, eu próprio, disposto a praticá-lo. Admiti, em grande medida, a possibilidade de o regime evoluir, e acompanhei com muito interesse a fundação da SEDES e o surgimento da «ala liberal», entidades a que dei, no *Diário de Lisboa*, a visibilidade possível. Pouco depois da chegada de Marcello Caetano à Presidência do Conselho, tomara parte numa mesa-redonda, anónima evidentemente, para o programa *Cinq colonnes à la Une* da televisão francesa. Participavam alguns dos redatores do novo *O Tempo e o Modo*. O programa foi filmado em casa do Jaime Gama. Por razões óbvias, só apareciam as mãos dos anónimos entrevistados, empunhando as esferográficas e os inevitáveis cigarros da época. A convicção geral era de que, através da abertura prometida por Marcello Caetano, o Estado Novo, recém-batizado Estado Social, iria evoluir para uma espécie de gaullismo lusitano. Essa convicção era paralela das teorias da esquerda radical europeia da época que anteviam o autoritarismo no horizonte dos regimes democráticos do continente; se assim era, a liberalização das ditaduras ibéricas e o endurecimento das democracias europeias acabariam por se encontrar num ponto de interseção. Enganávamo-nos redondamente, é claro, pelo menos quanto a Portugal. Subestimámos a inércia da continuidade, a força do aparelho repressivo, e sobretudo da PIDE, e o beco sem saída da



guerra colonial. Acima de tudo, sobrestimámos a personalidade e os propósitos de mudança do novo Presidente do Conselho. Como o futuro próximo iria demonstrar, Marcello não sucedera a Salazar: na expectativa da futura e incerta abertura do testamento, fora apenas designado administrador da herança do ditador que, rodeado de prosélitos, agonizava em São Bento. Era um tempo suspenso, o que então se vivia em Portugal, marcado pelo arcaísmo e pelos desafios do futuro e que a guerra colonial hipotecava. Descrevi-o na *Homenagem a Vénus*, romance de aprendizagem. Os instrumentos teóricos a que eu e os companheiros mais próximos recorriámos eram importados de França e, através de França, da América: o anti-humanismo de Althusser, a aproximação entre o marxismo e o estruturalismo de Sebag e Poulantzas, a crítica da vida quotidiana de Lefebvre, o conceito de homem unidimensional de Marcuse. As viagens regulares a França, para ver filmes, assistir a debates e comprar livros, que depois entravam em Portugal embrulhados na roupa suja ou debaixo dos tapetes do carro, transformara-se numa necessidade vital. Passava-se por Madrid, onde as restrições à imprensa, à edição, ao cinema e ao teatro eram já incomparavelmente menos pesadas do que em Portugal. Se o dinheiro chegava, subia-se a Londres ou descia-se a Itália. Quando hoje viajo através das autoestradas da Europa, recordo-me sempre do que era, num dos dois *Renault 4* de que fui sucessivamente o feliz proprietário, a expedição Lisboa-Madrid-Paris e volta pelas estradas inimagináveis de Portugal, Espanha e até mesmo de França, já então saturadas de pesados. Mas regressemos à Lisboa de 68-69.

**JM** — Deixa-me insistir. Se bem entendi, havia pois uma frente anti-PCP no novo *O Tempo e o Modo*.

**ALS** — Havia, sim senhor. Mas com certas reticências. Voltemos pois aos discursos anti-PCP e antissoviéticos. Disse tratar-se de algo de relativamente consensual no interior do novo *O Tempo e o Modo*. Tenho, porém, de limitar o alcance desta generalização. Há uma primeira fratura no grupo que se prepara para lançar a nova revista e que entretanto vai fazendo já os números finais da primeira série, formalmente apenas sob a direção do António Alçada Baptista. Essa fratura verifica-se em torno da participação nas eleições marcelistas de 1969. Os mais radicais — entre os quais me incluía — eram pela pura

e simples abstenção. Sempre entendi, e continuo a achar que estava certo, que qualquer participação nos plebiscitos eleitorais do Estado Novo, jogando uma partida cujo resultado era conhecido com antecedência, legitimava o regime e as suas regras e nada trazia de positivo para o antissalazarismo. Devo aliás dizer que compreenderíamos (eu compreendi) a participação dos socialistas na CEUD e até o «entrismo» de liberais nas listas da UN, embora não praticássemos essas opções. Mas a participação na CDE comunista de redatores e corpos gerentes de *O Tempo e o Modo* deixava-nos (deixou-me) de cabelos em pé. Integraram ou apoiaram a lista da CDE por Lisboa vários elementos da «família» *O Tempo e o Modo*, o João Bénard, o Jorge Sampaio, o Vítor Wengorovious, o Joaquim Mestre, o João Cravinho, o José Manuel Galvão Telles, isto é, gente que, mais tarde, constituiu o Grupo de Intervenção Socialista e/ou o MES e que, com Constâncio e Sampaio, chegou ao poder no Partido Socialista. Aliás, com os bons resultados universalmente reconhecidos... De certo modo, a campanha de 1969 constituiu a primeira verificação de um equívoco que hipotecava *O Tempo e o Modo*. Foi na sequência dessa campanha que os socialistas fiéis a Mário Soares se afastaram da revista.

**JOS** — Mas estamos em 1969. E antes disso?

**ALS** — Sim, sim. É preciso dar uma certa ordem a este discurso. Há uma equipa que, entre 1967 e 1969, assegura a transição do velho para o novo *O Tempo e o Modo*. Para efeitos externos, a revista continua dirigida por António Alçada, porque a resposta da Censura à nomeação do João Bénard como diretor se vai arrastando, mas é este último que efetivamente a dirige. O núcleo de redatores e colaboradores começa a definir-se como muito amplo, incluindo, como já disse, gente que vai do centro-esquerda à extrema-esquerda saída dos movimentos estudantis de 1965 a 1968, sem participação de comunistas pró-soviéticos... Sou indicado como chefe da redação e, a pouco e pouco, vão-se definindo dois centros de poder na revista: um em torno de João Bénard, outro em torno de mim próprio. Digamos, para abreviar, que o João Bénard comanda a abertura ao centro e eu a abertura à esquerda. O primeiro número da nova revista, que saiu a público em janeiro de 1970, se não erro, revelava assim uma sobreposição de discursos contraditórios. Daí não adviria nenhum mal para o



mundo nem para a revista se essa contradição fosse assumida e querida e não começasse a ser vivida por uns e por outros como uma acumulação de tensões pouco suportáveis. Devo dizer que, pelo menos por um dos grupos em presença, essa contradição foi lida como inevitável: os maoistas e aparentados, os pró-Chineses, se quiserem, começam pouco a pouco a entendê-la como um aspeto da celeberrima parteira da História, a luta de classes: daí a pretender resolvê-la a favor do proletariado e contra a burguesia vai apenas um passo... Ora quem era e que representava esse grupo pró-chinês? Fundamentalmente, tratava-se do grupo que depois vai constituir o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado). Não era um grupo uniforme, as leituras do que então, na Europa, se chamava o maoismo não eram necessariamente as mesmas, mas, generalizando, direi que todos os que o integravam se reviam no mesmo antissovietismo e na mesma simpatia pela China Popular. A porta da revista fora-lhes aberta por mim e pelo Jorge Almeida Fernandes (que vinha já da primeira série de *O Tempo e o Modo*). O Arnaldo Matos, já em tirocínio para futuro Grande Educador da Classe Operária, e o Fernando Rosas, seu lugar-tenente, entram para a revista na fase de transição, e através de uma convicção militante e de uma retórica que o espírito do tempo tornavam sugestivas, impõem-se aos redatores que constituem a ala esquerda da revista — o José Maria Martins Soares, o Almeida Fernandes, o Luís Matoso, o Sebastião Lima Rego, eu próprio... Devo recordar que o maoismo se encontra então numa fase de expansão (ou de *ascenso*, para utilizar a *langue de bois*) em toda a Europa. O pensamento de Mao Tsé-tung, um universo de palavras de ordem a meio caminho entre o aforismo popular e a filosofia exótica, tornara-se um polo de atração para intelectuais das gerações mais jovens na sequência do ano de 68, que, também em Portugal, fora marcado por um conjunto de movimentações estudantis e de ações contra a Guerra do Vietname e contra a guerra colonial, de caráter radical e que contestavam, como se dizia, não apenas o regime mas também o sistema, isto é, as relações económicas e sociais que o sustentavam. Aos maoistas puros e duros havia que adicionar os heterodoxos que não eram propriamente incondicionais do marxismo-leninismo-maoismo, mas que viam na revolução cultural chinesa um fenómeno de irrupção das massas na História nos antípodas do estalinismo, e no isolamento internacional da China uma resistência ativa à partilha do mundo entre

as duas superpotências. Desafiando imprudentemente, uma vez mais, a PIDE e o Partido Comunista, os pró-Chineses desmultiplicavam-se em colóquios nas escolas superiores, *meetings*, grupos de trabalho com participação de operários, etc. Mantinham contactos permanentes com o estrangeiro, num momento em que toda a Europa era um laboratório de experiências e discursos utópicos e radicais. Eram jovens, ativos e irreverentes e consideravam, inevitavelmente, que tinham o futuro à sua frente. A revista vai pois refletir cada vez mais os pontos de vista dos redatores mais radicais, e entre estes dos maoistas, e cada vez menos a pluralidade de pontos de vista, certamente diletante mas também tolerante, que estava na base do programa da nova série. A inevitável sucessão de mal-entendidos entre os dois centros de poder de que já falei radicalizaria a situação em termos que prenunciavam apenas o que se passaria em todo o País após o 25 de abril de 1974.

**JOS** — Mas a permanência de gregos e troianos continuava no interior da revista. Como era isso possível?

**ALS** — Não era possível. A questão das relações da revista com a Associação para a Liberdade da Cultura — que apoiava *O Tempo e o Modo* e cujas ligações internacionais eram objeto de polémica —, mal esclarecida desde o início, originou desentendimentos ainda antes do lançamento da nova série. Eclodindo finalmente no segundo semestre de 1970, impossibilitaria a coexistência de gregos e troianos num mesmo e único *O Tempo e o Modo*. Um ano depois do início da nova série, a revista encontrava-se em revolução permanente. Os colaboradores e redatores moderados vão-se afastando, e o João Bénard fica isolado. Pede para ser substituído na direção da revista. É preciso encontrar rapidamente um nome que a Censura aceite.

**JM** — E tu, no meio de tudo isso?

**ALS** — No meio deste imbróglio era aquilo que se pode definir como um intelectual de extrema-esquerda, razoavelmente conhecido sobretudo através das minhas crónicas no *Diário de Lisboa*, jornal de grande expansão na época, e no semanário *Vida Mundial*. Escrevia fundamentalmente sobre política internacional. Fundamentalmente mas não apenas: publicava também notas sobre política interna, crí-



ticas de livros e de cinema, às vezes sob pseudónimos (sempre gostei de pseudónimos), e textos de ficção, metafóricos e labirínticos e cuja descodificação se tornou um passatempo para leitores dados a charadas. Mais tarde, publiquei alguns desses textos, revistos ou refundidos, em *Após Aljubarrota*. A metáfora funcionava não só como figura de estilo mas também como tentativa para fazer passar uma mensagem através das malhas da Censura. No *O Tempo e o Modo* fui o chefe da redação e, às vezes, o redator de quase toda a revista, quando a Censura reduzia um número a pedaços. A minha crónica no *Diário de Lisboa* de 18 de janeiro de 1969, a propósito da revolução alemã de 1919, reflete simpatias por Trotski; seguem-se denúncias acaloradas da intervenção americana no Vietname. Publiquei nesse mesmo ano textos de divulgação da recusa chinesa em aderir à política de coexistência pacífica Este-Oeste, tida por mim como mero álibi para a partilha do Universo entre Russos e Americanos; quando os primeiros seres humanos desceram na Lua (julho de 1969), publiquei (no *Diário de Lisboa*) uma crónica com o título prometedor de *Na Terra como na Lua*, em que a conquista do espaço era vista como a continuação da guerra entre Americanos e Soviéticos, recorrendo a novos meios; como bom leitor de Althusser, ria-me, é claro, dos humanistas bem-intencionados, para quem a alunagem marcava um passo em frente de toda a Humanidade; e assim por diante... Não era um marxista-leninista ortodoxo, longe disso, mas as minhas simpatias no campo da política internacional iam, na época, para a China de Mao. Vendo o que se passou no *O Tempo e o Modo* com um telescópio retrospectivo, torna-se claro que o MRPP pretendia, desde o início, conquistar a revista e exercer o poder sozinho. Apoio esse desiderato? Sim e não; durante os anos 1969 e, sobretudo, de 1970, sentia-me dividido entre dois fogos: o João Bénard e os maoistas. Talvez eu quisesse não uma mas duas revistas — uma que abrisse ao centro-esquerda, e uma outra da esquerda radical; e desejasse colaborar em ambas. Talvez isso mesmo se tivesse verificado se em Portugal existisse então liberdade de imprensa e liberdade de constituir empresas de informação. Como tal não acontecia, as escaramuças sucedem-se no interior de *O Tempo e o Modo* e acabam por conduzir ao afastamento dos moderados, à saída da Helena Vaz da Silva, secretária da redação, e à demissão do João Bénard. A partir de então, o propósito de transformar *O Tempo e o Modo* num órgão do MRPP ganha alento: a minha prisão pela PIDE

em junho de 1971, seguida da incorporação em regime disciplinar militar e do exílio, vai permitir ao MRPP pôr termo à segunda série da revista e fazê-la entrar numa espécie de nebulosa terceira série. A opção entre um órgão de imprensa aberto a várias correntes, do centro-esquerda à extrema-esquerda, ou apenas limitado à esquerda radical, acaba por se resolver a favor de uma terceira via: pintado de vermelho e amarelo, *O Tempo e o Modo* será o órgão oficioso, na legalidade, de um grupúsculo maoista que, como a Helena Vaz da Silva diagnosticou com antecedência, era totalmente destituído de sentido de humor. Devo acrescentar que nada tive a ver com essa «terceira série», de conteúdo patético, orientada por discípulos do «Grande Educador da Classe Operária». Ele próprio abandonaria a revista, empenhado na reorganização do grande, verdadeiro e luminoso partido da classe operária. Os seus homens no *O Tempo e o Modo* são o Sebastião Lima Rego e o José Maria Martins Soares. Os números publicados a partir de junho de 1971 não são da minha responsabilidade nem incluem qualquer colaboração minha. O número 70 é o último de que me considero responsável. Parece-me importante deixar isto bem claro, tendo, nomeadamente, em atenção que os textos publicados nesses números não são assinados. À boa maneira populista, são frutos do trabalho coletivo. Ora, já então, coletivizar a produção intelectual me parecia horrroso.

**JOS** — Há, parece-me, muito de empenhamento pessoal nesse percurso da extrema-esquerda portuguesa.

**ALS** — Muito, e gostava, a propósito, de dizer algo acerca do José Maria Martins Soares, alguém cuja vida foi destruída por uma militância política e por um fervor teórico que, tal como acontecia por toda a Europa, se iam tornando progressivamente mais solipsistas e acabariam na esquizofrenia, no terrorismo ou, no caso de Poulantzas, no suicídio, como já em 1965 acontecera com Sebag. O José Maria possuía várias qualidades: era inteligente, culto, cheio de encanto e rico. Começara na JUC, fez parte da minha direção na Associação Académica da Faculdade de Direito e entrou comigo no *O Tempo e o Modo*. Jurista brilhante, trabalhava num grande escritório de Lisboa. Movia-o um altruísmo abstrato, muito típico entre os militantes da extrema-esquerda, capazes de amor pela Humanidade



mas incapazes de amores concretos, por mulheres e homens concretos. Esse altruísmo conduzia-o a comportamentos alternados de hedonismo e autopunição. Tornou-se assim a presa ideal dos revanchistas sociais que, em nome de uma mítica unção proletária, iam afirmando a sua preponderância nos movimentos da extrema-esquerda. A gloriosa direção reconstrutora do Verdadeiro Partido do Proletariado, que lançara mão de *O Tempo e o Modo*, encontrou nele o intelectual ideal, apto a ser utilizado para os elevados fins da causa: dócil, manobrável e financeiramente generoso. Suspeito que, após o meu afastamento, o José Maria foi a figura-chave de *O Tempo e o Modo*. Envolvido numa frenética espiral de ação, dividido entre uma prática profissional e privada e uma prática política contraditórias entre si, perdeu progressivamente o humor, que era um dos seus atrativos. Acabaria por morrer num acidente de automóvel poucos dias após o 25 de abril. Ao serviço do proletariado, é claro. Depois de morto, foi servido como herói às massas populares.

**JM** — Mas voltemos à tua ligação com *O Tempo e o Modo*. Que balanço fazes dessa experiência?

**ALS** — Será possível fazer um balanço da segunda série do *O Tempo e o Modo*? Tentarei. Das duas séries da revista ficou, antes de mais, algo que os tempos mais recentes têm vindo a valorizar: um espaço que, para utilizar as palavras de Vasco Pulido Valente num artigo publicado no *Diário de Lisboa*, em fins de 1983, conseguiu furtar-se simultaneamente às influências ideológicas do antigo regime e do Partido Comunista. Das duas séries da revista ficou ainda um estilo, incisivo, cultivando o paradoxo, a citação culta e o calembur, que fez escola e que se reflete no que de bom (e é muito pouco) a imprensa portuguesa tem produzido desde então. Seria tentado a dizer que o António Alçada Baptista, o João Bénard da Costa e a Helena Vaz da Silva foram os primeiros cultores desse estilo. Ficou, por outro lado, o modo de olhar o real com um espelho multifacetado que privilegiava instâncias quase sempre omitidas pela imprensa dedicada aos factos políticos: as relações familiares, a escola, a vida quotidiana, a produção e a difusão das atividades culturais. Ficou ainda — e parece-me que este contributo é específico da segunda série — a conceção da cultura como crítica da sociedade e da própria cultura e não como beata acei-

tação de qualquer produto que arvore um rótulo cultural. «Quando oíço falar de cultura, puxo logo das armas da crítica» era um dos princípios da casa. Esse princípio continua atual em Portugal, numa república das artes e das letras que pratica um afeitivo culto da mediocridade, do autoelogio e do respeitinho pela letra impressa. Penso também que a segunda série de *O Tempo e o Modo* e a fase terminal e delirante que se lhe seguiu desempenharam, frequentemente *malgré elles*, um papel importante na definição e nos limites da extrema-esquerda portuguesa. O verbalismo das longas discussões sobre a revolução, os respetivos perigos, bondades e traições, manteve a extrema-esquerda local sob o domínio dos intelectuais. Não impediu a degenerescência do discurso radical, e estou certo que muitas das reuniões da redação da segunda série de *O Tempo e o Modo* e daquilo que se lhe seguiu deixariam de boca aberta, pela sua bizantina vacuidade, os padres do Concílio de Niceia, que, afinal, se limitaram a discutir algo de tão concreto e de tão palpável como o sexo dos anjos... No entanto, a degenerescência desse discurso teve vantagens: depois de ter contribuído para a definição dos Estados socialistas e dos movimentos comunistas como fenómenos totalitários, procedeu, involuntariamente e pelo absurdo, mas procedeu, à demonstração da incapacidade do marxismo-leninismo para funcionar como instrumento de análise das sociedades modernas. Foi a presença do fator intelectual (ainda que sob essa forma abastardada), na direção dos movimentos radicais portugueses, o elemento impeditivo de que essa degenerescência se consumasse no terrorismo. Quando, anos mais tarde, com as Brigadas Revolucionárias e as FP-25, o terrorismo de extrema-esquerda surgiu em Portugal, fê-lo através de uma solução de continuidade com os radicalismos precedentes. E ao contrário do que aconteceu na Itália, na Alemanha e, em menor medida, em França, os terroristas portugueses de extrema-esquerda eram puros e simples marginais sociais. Não possuíam qualquer atrativo intelectual, e foi com facilidade que a polícia os neutralizou.

**MP** — Era essa então a luta da extrema-esquerda portuguesa? O que perdi como espetáculo!

**ALS** — Espetáculo, dizes bem! Cultivávamos a teoria, que considerávamos o motor da prática. A prática era necessariamente clandes-



tina. Ora, como consta dos manuais revolucionários e da literatura, as conspirações dos intelectuais são, por inexplicáveis desígnios dos deuses e da Natureza, descuidadas do ponto de vista conspirativo. Propunhamo-nos (este plural não é majestático: engloba os maoistas de *O Tempo e o Modo*) editar legalmente textos de apoio ao trabalho clandestino, a que chamámos *Cadernos da Prática*, crenes na ignorância académica da PIDE. Imagine-se! Publicámos assim, em abril de 1971, o primeiro dos *Cadernos*, uma brochura intitulada *Inquérito operário e luta política*, com textos de Marx e de Mao, editada — era essa a legalidade! — por mim e pelo Sebastião Lima Rego, que assinávamos os doutos comentários académicos. Transcrevo: *Os revolucionários, os que se propõem transformar o mundo, não concebem o materialismo dialético como um método prévio ao ato do conhecimento [...] Há uma prática teórica dialeticamente relacionada com a prática social do agente do conhecimento. O burguês 'marxista' que, na tranquilidade do seu gabinete de trabalho, longe das multidões ululantes, longe das tempestades sociais, se propõe estudar, com base em académicos dados estatísticos e sociológicos, a condição do operariado numa determinada formação social é um idealista.* A PIDE, afinal bem mais versada em teoria do conhecimento do que mostrava, entrou em nossas casas, levou-nos e levou também, de minha casa, centenas de livros e papéis e, entre estes, o projeto dos futuros *Cadernos da Prática*. Por esses dias, a ARA, organização armada recém-criada pelo Partido Comunista, lançara bombas em Lisboa e anunciava um plano de ataque ao armamento militar em vias de seguir para as frentes africanas. O regime endurecia, a liberalização marcelista acabava e a PIDE, cuja cultura política era apesar de tudo limitada, suspeitava as extremas-esquerdas da autoria dos atentados. Enganava-se, mas para tirar as coisas a limpo foi prendendo a torto e a direito, dispensando aos hóspedes de Caxias o tratamento adequado à suspeita. Não fui poupado, está bem de ver. Alguém próximo de Marcello contou-me mais tarde como ele compreendeu, nessa primavera de 1971, que não tinha qualquer poder sobre a PIDE; propusera-se civilizá-la rebatizando-a Direção-Geral de Segurança, mas a patriótica corporação, herdeira legítima do Santo Ofício, continuava incapaz de aceitar quaisquer práticas que dispensassem o recurso ao tormento. Preso em Caxias, eu seguia o evoluir das borboletas brancas em torno das roseiras plantadas pelas mulheres dos guardas prisionais, depositando uma esperança supersticiosa no voo das mensa-

geiras da primavera. O Sol brilhava com intensidade escarninha, refletia-se como um punhal nas asas dos lepidópteros; mais do que imagem, tratava-se de ressonância, estridente como uma trombeta de guerra. Afastava-me da janela e chorava; paradoxalmente, o meu choro era não só de dor, mas também de júbilo: a minha vida pessoal e profissional estava destruída e, contudo, o futuro pertencia-me. Dialogando comigo próprio, na solidão da cela, compreendi que chegara a um momento de ruturas. Não me sentia convicto de qualquer filiação partidária, não possuía a alma dos heróis, a ação política organizada ensinara-me a imperfeição do mundo e a insignificância dos homens. O Tribunal Plenário, que também não apreciou as lições de teoria do conhecimento do primeiro dos *Cadernos da Prática*, condenou-me por associação ilegal. Cumpri dez meses de prisão e, uma vez libertado, fui rapidamente entregue ao Exército e incorporado na Companhia Disciplinar de Penamacor, onde passei a ser um «soldado corrécio», um criminoso a quem não se concedia a dignidade de tocar em armas. Penamacor foi para mim o Purgatório, mais do que um Inferno. Em *Cristo parou em Eboli* conta-se uma história similar: um intelectual, desterrado pela ditadura para uma vila espectral do interior, vive o absurdo de um estatuto marcado pela prepotência e pelo equívoco. Em Penamacor, era um subversivo incorporado em regime disciplinar militar; mas o meu estatuto social continuava a ser o do intelectual que se tornara conhecido porque, com o escândalo tolerado pela Censura, escrevera nos jornais. O capitão que comandava a Companhia era o tipo acabado do português médio: astuto, ignorante, rústico, sinuoso; nomeou-me faxina da secção de justiça, incumbido das operações locais de limpeza e arrumo, mas permitia-me manhosamente instruir os processos militares pendentes na unidade. No reino arbitrário que Penamacor constituía, frutificavam situações, essas sim, infernais: jovens sem voz, camponeses do interior, sobretudo, suspeitos de ínfimos delitos, penavam esquecidos nas prisões regimentais — em muitos casos não havia nem prova, nem fundamento legítimo para a detenção preventiva, nem respeito pelos prazos já de si folgadíssimos da legislação judiciária militar. Em nome de um aspirante bem-humorado que dirigia a secção e gostava que o deixassem beber e dormir, fui resolvendo alguns desses casos.

MP — Resolver casos? Como assim?



**ALS** — Eu explico. Os processos acumulavam-se porque ninguém se preocupava com o destino dos «corrécios», soldados que tinham roubado uma galinha ou um cacho de uvas, mas a quem era aplicada de imediato a prisão preventiva sem prazos da justiça militar. Convenci o comandante de que era possível organizar os processos e enviar os arguidos a tribunal. O tribunal militar condenava a penas de prisão já cumpridas na detenção preventiva, e os presos eram libertados de imediato. O comandante, que poupava no rancho, agradecia. Penso que nesse período contribuí para fazer algo de justo, algo que deu voz aos que a não tinham. Em *O Obersee*, um dos contos de *Após Aljubarrota*, relatei essa experiência que continua a marcar-me. O meu estatuto na companhia disciplinar era dúbio. Comia na cozinha da messe dos sargentos, dormia fora do quartel e tinha autorizações periódicas para me deslocar a Lisboa. Colaborava com pseudónimos no *Jornal do Fundão*, e o António Paulouro, o diretor, e a família recebiam-me em casa com uma hospitalidade requintada e uma amizade que não esqueço. Mas toda essa liberdade vigiada podia ser (e era) subitamente suspensa, se uma enigmática ordem surgia não sei de onde, se qualquer foco de agitação acontecia algures no País. Na hipótese de não receber o passaporte militar residia a minha principal fonte de angústia; ainda hoje guardo o último que me foi entregue e me permitiu desertar: durante anos mantive o hábito de o conservar na carteira. Quando atravesssei clandestinamente a raia, possuía como únicos haveres esse passaporte militar, um passaporte civil falsificado com pouco esmero e uma carteira vazia. Mas admiti que o mundo estava repleto de coisas belas à minha disposição: mulheres bonitas, um bem que na época eu supunha eternamente ao meu alcance, as novelas de Stendhal, as óperas de Mozart, os concertos de Tchaikovsky e de Brahms e a pintura espanhola do século XVII. E também a atividade revolucionária, que queria agora pensar e viver como aventura privada, do império da inteligência e da ética. Tal como acontecera com o Partido Comunista, fora no MRPP muito mais um *compagnon de route* do que um militante. Recuperava a liberdade, inapto para aceitar os dogmas estalinistas do maoísmo lusitano. Continuava a pretender transformar o mundo com os instrumentos teóricos do marxismo, mas à maneira individualista de um filósofo iluminista e de um escritor romântico.